

Grupo Faro Energy

Demonstrações contábeis combinadas acompanhadas do
relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Ref.: Relatório nº 24AV4-018-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas	3
Demonstrações contábeis combinadas	8
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis combinadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas do
Grupo Faro Energy
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas do Grupo Faro Energy (formado pelas empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 1 – “Grupo” ou “Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 15 de dezembro de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras combinadas do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os desempenhos combinados de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa combinados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 15 de dezembro de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 10, o Grupo possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Apresentação das demonstrações contábeis combinadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis combinadas, que descreve a base contábil de elaboração dessas demonstrações contábeis combinadas. As demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração contábil, informações relativas às atividades do Grupo Faro Energy, independentemente da disposição de sua estrutura societária, considerando-se a apresentação do grupo formado por entidades sob controle comum (“Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda.” e “Faro Energy Projetos Solares Holding V Ltda.”), conservando-se, todavia, as operações históricas efetivamente ocorridas, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, as demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais a terceiros, sua administração e não representam as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos e de impostos nem para nenhuma outra finalidade societária. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis combinadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Imobilizado (Nota Explicativa nº 12)

O Grupo Faro Energy está em processo de desenvolvimento das usinas fotovoltaicas por meio de suas investidas e/ou “SPEs” no Brasil. Devido ao número de contratos envolvidos e a relevância desse investimento, esse assunto foi considerado como uma área de risco e, portanto, significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- exame, através de amostragem, das principais adições de ativo imobilizado ocorridas durante o exercício;
- análise da conciliação e respectivos registros auxiliares disponibilizados pelo Grupo Faro Energy e realização de testes documentais sobre a base de dados utilizada para suportar os valores registrados e respectivas divulgações;
- avaliação dos controles internos relevantes sobre a análise das premissas utilizadas que envolvem as vidas úteis dos ativos imobilizados;
- recálculo das despesas de depreciação e amortização;
- análise da existência de estudos sobre análise de redução ao valor recuperável e respectivas divulgações, caso aplicável.

Através dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, que suportaram nossos testes, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado (e respectivas divulgações) são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis combinadas tomadas em conjunto.

Direito de uso (Nota Explicativa nº 11)

O pronunciamento técnico NBC TG 06 (R2) – Arrendamentos introduziu requerimentos contábeis relevantes para a mensuração e registro do direito de uso de um ativo e passivo de arrendamento, bem como para a sua divulgação. O Grupo Faro Energy mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos de terrenos para instalação das usinas fotovoltaicas no Brasil. Devido à complexidade das estimativas e julgamentos envolvidos na determinação do registro das operações de arrendamento, ao número de contratos envolvidos e a relevância das divulgações, esse assunto foi considerado como uma área de risco e, portanto, significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise do processo utilizado pelo Grupo Faro Energy para captura das informações necessárias para avaliação, mensuração, registro e divulgação dos impactos do citado pronunciamento técnico;
- avaliação das premissas utilizadas, pela administração, na determinação das taxas de desconto e análise de sensibilidade sobre o modelo adotado pelo Grupo Faro Energy;
- avaliação dos julgamentos adotados pela administração do Grupo Faro Energy para as demais premissas utilizadas para adoção e divulgação dos impactos do citado pronunciamento técnico (como estimativa do prazo de arrendamento e determinação dos respectivos valores contratuais para cálculo do direito de uso e passivo de arrendamento); e
- análise da conciliação e respectivos registros auxiliares disponibilizados pelo Grupo Faro Energy e realização de testes documentais sobre a base de dados utilizada para suportar os valores registrados e respectivas divulgações.

Através dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, que suportaram nossos testes, consideramos que a estimativa e mensuração do direito de uso e passivo de arrendamento (e respectivas divulgações) são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis combinadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 elaboradas sob a responsabilidade da administração do Grupo, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis combinadas do Grupo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis combinadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis combinadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis combinadas

A administração do Grupo Faro Energy é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o pronunciamento técnico NBC TG 44, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Faro Energy;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Faro Energy. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Faro Energy a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis combinadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis combinadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de novembro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grupo Faro Energy

Balanços patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.687	-
Contas a receber de clientes	8	960	-
Impostos a recuperar	9	1.085	-
Despesas antecipadas	-	36	-
Adiantamento a fornecedores	-	19	-
Total do ativo circulante		3.787	-
Ativo não circulante			
Outros ativos	-	13	-
Partes relacionadas	10	4.197	-
Direito de uso	11	11.505	-
Imobilizado líquido	12	108.708	-
Total do ativo não circulante		124.423	-
Total do ativo		128.210	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo Faro Energy

Balanços patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2023	31/12/202
Passivo circulante			
Fornecedores	13	4.171	-
Obrigações tributárias e trabalhistas	14	139	-
Outras contas a pagar	-	52	1
Passivo de arrendamento	11	141	-
Total do passivo circulante		4.503	1
Passivo não circulante			
Partes relacionadas	10	157.549	-
Passivo de arrendamento	11	11.837	-
Total do passivo não circulante		169.386	-
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	2	-
Prejuízos acumulados	-	(169)	(1)
Transações de capital	-	(45.512)	-
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(45.679)	(1)
Participação de não controladores	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		128.210	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo Faro Energy

Demonstrações do resultado combinado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 15 de dezembro de 2022
(data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de serviços	16	2.648	-
Custo dos serviços prestados	17	(1.657)	-
Lucro bruto		991	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(1.142)	-
Despesas tributárias	-	(1)	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(14)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(166)	(1)
Receitas financeiras	19	67	-
Despesas financeiras	19	(60)	-
Receita (despesas) financeiras líquidas		7	-
Resultado antes dos impostos		(159)	(1)
Imposto de renda	-	(6)	-
Contribuição social	-	(3)	-
Resultado do exercício/período		(168)	(1)
Lucro / prejuízo por ação		(168)	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo Faro Energy

Demonstrações do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 15 de dezembro
de 2022 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício/período	(168)	(1)
Total do resultado abrangente do exercício/período	(168)	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo Faro Energy

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 15 de dezembro de 2022 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Atribuível aos acionistas controladores				
	Capital social		Transações de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores
	Subscrito	A integralizar			
Capital social a integralizar	2	(2)	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2	(2)	-	(1)	(1)
Integralização de capital social	-	2	-	-	2
Transações entre acionistas	-	-	(45.512)	-	(45.512)
Prejuízo do exercício/período	-	-	-	(168)	(168)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2	-	(45.512)	(169)	(45.679)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo Faro Energy

Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 15 de dezembro de 2022 (data da Constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(159)	(1)
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização		1.290	-
Amortização de arrendamento		13	-
Juros de arrendamento		31	-
Total		1.175	(1)
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(960)	-
Impostos a recuperar		(1.085)	-
Despesas antecipadas		(36)	-
Adiantamento a fornecedores		(19)	-
Outros ativos		(13)	-
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		4.171	-
Obrigações tributárias e trabalhistas		131	1
Outras contas a pagar		50	-
Caixa gerado pelas operações		3.414	-
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais			
		3.414	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social		2	-
Partes relacionadas	10	(1.541)	-
Pagamento de arrendamento	11	(188)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(1.727)	-
Aumento (redução) líquido de caixa		1.687	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	7	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período	7	1.687	-
Aumento (redução) líquido de caixa		1.687	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo Faro Energy

Demonstração combinadas dos valores adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	2.923	-
Outras receitas	-	-
Insumo adquiridos de terceiros		
Custo venda de produtos e serviços	(367)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.157)	-
Total	(1.524)	-
Valor adicional bruto	1.399	
Depreciação e amortização	(1.290)	-
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	109	-
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	67	-
Valor adicionado total a distribuir	176	-
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	284	-
Remuneração de capitais de terceiros	60	-
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(168)	-
Valor adicionado distribuído	176	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

1. Objetivo das demonstrações contábeis combinadas

Estas demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de ilustrar o resultado do Grupo se este estivesse com todos os negócios de desenvolvimento, investimento e implantação de projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa Aneel 482/2012 consolidados no Grupo.

Demonstrações contábeis combinadas são um único conjunto de demonstrações contábeis combinadas de duas ou mais entidades que estão sob controle comum. O Grupo Faro Energy utilizou a definição de controle do Pronunciamento Técnico CPC 44 (R3) - Demonstrações Combinadas em consonância ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, quando da avaliação da existência de controle comum e também quanto ao procedimento de combinação, e considerou, entre outros procedimentos:

- Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na elaboração das demonstrações contábeis combinadas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável;
- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas; e as transações entre as companhias combinadas são eliminadas.

As demonstrações contábeis combinadas do Grupo Faro Energy ("Grupo"), compreendem a combinação das seguintes empresas: Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda. ("Holdco IV") e Faro Energy Projetos Solares Holding V Ltda. ("Holdco V").

O propósito destas demonstrações contábeis é propiciar ao leitor melhor entendimento sobre os resultados, situação patrimonial e fluxos de caixa das operações do Grupo.

Não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado com uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

2. Contexto operacional

As atividades do Grupo Faro Energy ("Grupo") compreendem as seguintes operações:

Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda.

A Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda. foi constituída em 15 de dezembro de 2022 e possui sua sede em São Paulo. A Holdco IV tem em seu modelo de negócio o desenvolvimento, investimento e implantação de projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa Aneel 482/2012, e nesse modelo, o investimento, operação e manutenção dos ativos fotovoltaicos são feitos integralmente pelas investidas da Holdco IV que também fazem o gerenciamento de seus clientes junto ao sistema de compensação de energia elétrica, com a alocação dos créditos de energia gerados pelas respectivas usinas solares junto às concessionárias distribuidoras de energia elétrica locais, oferecendo, assim, economia substancial para seus clientes com os custos de energia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia exerce o controle das seguintes sociedades de propósito específico (“Investidas” ou “SPEs”) conforme quadro a seguir:

Sociedades	% Participação direta	
	12/2023	12/2022
Faro Olinda Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	100,00%	0,00%
Faro Praia do Futuro Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	100,00%	0,00%
Faro Capitania Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,90%	0,00%
Faro Colares Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,90%	0,00%
Faro Conchas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,90%	0,00%
Faro Titan Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,90%	0,00%
Faro Energy Participações Ltda.	100,00%	0,00%
Faro Ubatuba Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,90%	0,00%
Faro Itaúna Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,90%	0,00%
Faro Trindade Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,90%	0,00%
Faro Tamandaré Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,90%	0,00%
Faro Conceição Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,90%	0,00%
Faro Mangue Seco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,90%	0,00%
Faro Trapiá Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,90%	0,00%

Faro Energy Projetos Solares Holding V Ltda.

A Faro Energy Projetos Solares Holding V Ltda., foi constituída em 15 de dezembro de 2022, com sede em São Paulo e tem em seu modelo de negócio o investimento em projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL 482/2012, e nesse modelo, o investimento, operação e manutenção dos ativos fotovoltaicos são feitos integralmente pelas investidas da Holdco V que também fazem o gerenciamento de seus clientes junto ao sistema de compensação de energia elétrica, com a alocação dos créditos de energia gerados pelas respectivas usinas solares junto às concessionárias distribuidoras de energia elétrica locais, oferecendo, assim, economia substancial para seus clientes com os custos de energia.

2.1. Situação financeira e planos da Administração

Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo apresenta capital circulante líquido negativo em R\$ 716 visto que parte substancial dos passivos circulantes se referem às obrigações contraídas junto a instituições financeiras, sendo que estas obrigações estão atualizadas e refletem as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações contábeis. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da locação de equipamento e geração de energia solar sejam suficientes para liquidar as obrigações de curto prazo do Grupo.

O Grupo mantém empréstimos com seus acionistas. Os empréstimos *intercompany* foram firmados como modo primário de financiamento dos empreendimentos/ativos e poderão, se necessário, serem convertidos em investimento direto mediante a emissão de novas ações com conversão dos empréstimos em capital social.

Em 2024, o Grupo irá adquirir um empréstimo de longo prazo para a construção de novas usinas.

3. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis combinadas

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis combinadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis combinadas do Grupo Faro Energy, que são de responsabilidade da Administração do Grupo, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo, independentemente da disposição de sua estrutura societária. As demonstrações contábeis combinadas estão apresentadas para fornecimento de análises adicionais sobre as operações do Grupo Faro Energy, e não representam as demonstrações contábeis individuais da “Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda.” e “Faro Energy Projetos Solares V Ltda.”, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os seguintes critérios foram adotados para a combinação das demonstrações contábeis de cada empresa participante da combinação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Empresas;
- Eliminação das transações Inter companhias, dos saldos e dos ganhos e das perdas não realizados em transações entre as empresas. Perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação possua evidências de perda de valor (“impairment”) do ativo transferido.

As demonstrações contábeis combinadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram autorizadas para emissão e divulgação, de acordo com a aprovação da Diretoria da Companhia, em 31 de outubro de 2024.

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis combinadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 44 – “Demonstrações Combinadas”. Os exercícios sociais das empresas incluídas na combinação são coincidentes e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme. Essas demonstrações contábeis combinadas consolidadas foram preparadas em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e apresentam demonstrações comparativas em relação ao período anterior.

As demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico é baseado nas contraprestações pagas em troca de ativos e os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações. Já o valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emitidas na Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A preparação das demonstrações requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração do Grupo. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir.

3.2. Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA)

De acordo com o CPC 26 R1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a demonstração do resultado abrangente é composta pelos totais do resultado do período e outros resultados abrangentes.

3.3. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3.4. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração de Valor Adicionado (DVA) é apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis que a Companhia deve divulgar. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

3.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a qual é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

4. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa do Grupo compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

4.2. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. As contas a receber são reconhecidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

O Grupo efetuou a mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em informações históricas de pagamentos dos devedores e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

O cálculo do Ajuste a Valor Presente ("AVP") não resultou em valores relevantes, razão pela qual não foram contabilizados ajustes correspondentes.

4.3. Instrumentos financeiros

4.3.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

4.3.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para o Grupo. Todos os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil econômica estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

A depreciação dos itens ligados às usinas de energia é calculada utilizando a taxa de 10% ao ano.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

4.5. Direito de uso e passivos de arrendamento

Durante 2021, o Grupo adotou o CPC 06 (R2) Arrendamentos, que substitui as regras de leasing existentes por uma medição abrangente de leasing e padrão de reconhecimento e requisitos de divulgação expandidos. O CPC 06 (R2) exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos em seus balanços patrimoniais como passivos, com os correspondentes ativos de “direito de uso”. Para fins de reconhecimento da demonstração do resultado, os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro ou operacional sem depender de testes de linha brilhante.

O Grupo avaliou se um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo arrenda os terrenos para instalação de seus equipamentos fotovoltaicos e tais aluguéis são negociados individualmente e possuem diversos termos e condições. Como arrendatária, o Grupo, ao determinar o prazo exequível do arrendamento, considera todos os fatos e circunstâncias que criem um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou criem desestímulos econômicos para não exercer a opção de rescisão antecipada.

Ativos de direito de uso

Os arrendamentos são reconhecidos como um direito de uso do bem e um correspondente passivo na data em que o bem arrendado se torna disponível para o Grupo. O direito de usar o ativo é mensurado ao custo que consiste em:

- Valor inicialmente mensurado do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento efetuado até o início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo direto inicial;
- Custos de restauração.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado linearmente desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário no final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso do arrendamento reflete que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente, que é determinada com base na duração do contrato.

Passivo de arrendamento

O passivo do arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados à taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa incremental de empréstimos do Grupo.

O passivo de arrendamento considera o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de arrendamento:

- Pagamentos fixos descontando quaisquer incentivos recebidos;
- Pagamentos variáveis com base em taxas ou índices;
- Valores esperados a pagar ao arrendador pelo valor residual garantido;

- Preço de exercício de uma opção de compra se for razoavelmente certo que o arrendatário exercerá tal opção;
- Pagamentos de penalidades por rescisão do arrendamento se os termos contratuais refletirem a opção de exercício do arrendatário.

A taxa incremental considerada pelo Grupo foi de 8% ao ano, tendo sido determinada com base na taxa de retorno preferencial dos acionistas, a partir da reorganização societária, documentada em ata de alteração do contrato de sociedade.

Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) estão refletidos na Nota Explicativa nº 13.2 onde os contratos de arrendamentos na data-base anterior a 1º de janeiro de 2021 são apresentados pelo saldo remanescente do contrato naquela data.

4.6. Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios do Grupo.

4.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, variação monetária e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*).

4.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nesses casos, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, quando aplicável, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a entidade atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. São reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal, dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

4.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Obrigação legal é a que deriva de contrato com termos explícitos ou implícitos, legislação ou outra ação da lei.

Provisão contingente é uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade e, portanto, não é contabilizada, mas somente divulgada.

Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle do Grupo e, portanto, não é contabilizado, mas somente divulgado caso o valor seja considerado material. O ativo contingente somente é contabilizado quando for praticamente certo que representará um fluxo financeiro à Companhia.

4.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. O Grupo avalia periodicamente o efeito deste procedimento nas demonstrações contábeis.

4.11. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. O Grupo e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

4.12. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

4.13. Reconhecimento de receita

O Grupo adotou o CPC 47, Receita de Contratos com Clientes, e todas as alterações relacionadas (“CPC 47”), o Grupo avalia as obrigações prometidas em seus contratos com clientes e identifica uma obrigação de desempenho para cada promessa de transferência de bens ou serviços. Para identificar as obrigações de desempenho, o Grupo considera todas as promessas contratuais, expressas ou implícitas, com base nas práticas comerciais habituais. A receita é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência do controle dos bens ou serviços prometidos aos clientes, o que pode ocorrer ao longo do tempo ou em um determinado momento.

A receita é mensurada por um valor que reflete o retorno ao qual se espera ter direito e é baseada em um modelo detalhado de cinco etapas a seguir: **(i)** identificação do contrato; **(ii)** identificação das obrigações e desempenho; **(iii)** determinação do preço da operação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho, e **(v)** reconhecimento da receita.

4.14. Reconhecimento de custos e despesas

Os custos e as despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, ou seja, quando incorridos. Receitas, custos, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos respectivos impostos.

4.15. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos, obedecendo ao regime de competência.

4.16. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras (substancialmente dólar) na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

4.17. Lucro por ação

Calculado com base na quantidade de ações na data do balanço.

5. Estimativas e premissas financeiras significativas

Na aplicação das práticas financeiras, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores financeiros dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas financeiras são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas financeiras:

5.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

5.2. Perdas esperadas sobre contas a receber

As perdas esperadas são constituídas, quando aplicável, para levar contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada.

A Companhia estimou a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em históricos de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

5.3. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

5.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

6. Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente

Durante o exercício de 2024 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas a seguir. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2024, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira do Grupo foram os seguintes:

- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de Material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento; e
- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de Negócios.

Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Contratos de seguros (alterações à IFRS 17 e IFRS 4);
- Referências à estrutura conceitual (alterações à IFRS 3);
- Produtos antes do uso pretendido (alterações à IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações à IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); e
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações à IAS 1).

A Administração do Grupo avaliou as alterações e não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023
Aplicações financeiras (i)	1.687
Total	1.687

(i) O saldo compreende os depósitos em conta corrente e de aplicações financeiras disponíveis para uso imediato, em instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito, e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. As aplicações financeiras têm sua rentabilidade média sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20.2.

8. Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela locação das usinas fotovoltaicas e estão compostas da seguinte forma:

	31/12/2023
Clientes a faturar (i)	960
Total	960

(i) O saldo de contas a receber de serviços a faturar reflete os serviços já prestados, medidos por meio de controle de ordem de serviços na plataforma de operações, e que serão, em período subsequente, regularmente faturados.

A composição do saldo com base nos vencimentos é demonstrada a seguir:

	31/12/2023
A vencer	960
Total	960

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há saldos referentes à AVP sobre as contas a receber de clientes, pois não possui nenhum saldo a receber acima de seis meses e, adicionalmente, não há provisão para perdas esperadas pelo fato de não haver saldos vencidos.

9. Impostos a recuperar

	31/12/2023
Saldo negativo IRPJ	168
Saldo negativo CSLL	28
PIS a recuperar (i)	158
Cofins a recuperar (i)	719
Impostos pagos a maior	12
Total	1.085

(i) PIS e a Cofins a recuperar são oriundos das aquisições de ativos imobilizados relacionados as Usinas de Energia Solar, quando a usina entra em operação, o crédito de PIS e Cofins é diretamente lançado para o imposto a recuperar e o Grupo faz a utilização de acordo com o débito gerado.

10. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas nacionais se referem a movimentações financeiras entre as companhias para o pagamento das despesas operacionais com prazo médio de liquidação em até 24 meses.

10.1. Remuneração de diretores e administradores

Não ocorreu deliberação sobre remuneração a ser concedida a diretoria, uma vez que o Grupo faz parte da Faro Energy Renováveis Participações S.A., na qual possui diversos outros negócios, e possui uma administração compartilhada.

A Administração não possui outros benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos.

10.2. Transações e saldos

As principais transações de partes relacionadas referem-se a mútuos entre as empresas do Grupo e suas controladas no qual tem características de transações de conta corrente entre as empresas.

Tais contratos e/ou acordos possuem vencimentos em 2 anos em média e não são reajustados.

Ativo	31/12/2023
FED	3.749
Ilha do Mel	439
Ponta do Mato	4
FERP	5
Total	4.197

Passivo	31/12/2023
Ponta do Ceu	4.066
Rio do Fogo	5
Ponta da Pedra	3.518
Ponta do Mato	6.743
FEHO	1
FED	5.087
Holdco I	249
FERP	122.772
Nazare	9.681
Santana	5.427
Total	157.549

10.3. Movimentação dos saldos

Ativo

	Pagamentos	Saldo incorporado	Saldo em 31/12/2023
FED	1.905	1.845	3.750
Ilha do Mel	-	439	439
Ponta do Mato		5	5
FERP	3	-	3
Total	1.908	2.289	4.197

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo

	Recebimentos/ (Pagamentos)	Saldo incorporado (i)	Transações de Capital (i)	Cessão de mútuo	Saldo em 31/12/2023
Ponta do Ceu	-	4.066			4.066
Rio do Fogo	-	5			5
Ponta da Pedra	-	3.518			3.518
Ponta do Mato	-	6.743			6.743
FEHO	-	1			1
FED	-	5.087			5.087
Holdco I	-	(20.452)	45.512	(24.811)	249
Nazare	-	9.681			9.681
Santana	-	5.428			5.428
FERP	367	97.593		24.811	122.771
Total	367	111.670	45.512	-	157.549

(i) O efeito líquido de saldo incorporado que não afetaram caixa em 2023 foram: Combinado de R\$ 157.182.

11. Direito de uso**11.1. Composição e movimentação do ativo**

	31/12/2023
Direito de uso	11.921
Amortização acumulada	(416)
Total	11.505

A movimentação do ativo de arrendamento mercantil do Grupo está detalhada a seguir:

Descrição	Taxa	Adições (i) (não caixa)	Depreciação	31/12/2023
Ponta do Ceu I	8,00%	540	(2)	538
Praia Grande VIII	8,00%	1.754	-	1.754
Ilha das Palmas XX XXI	8,00%	1.718	-	1.718
Jaiba	8,00%	426	(4)	422
Janauba	8,00%	637	(6)	631
Rio do Fogo II	8,00%	226	-	226
Ponta da Pedra I	8,00%	282	(1)	281
Olinda I	8,00%	476	-	476
Olinda I - Comp. Ambiental	8,00%	306	-	306
Ponta do Mato IV	8,00%	831	-	831
Ponta do Mato II	8,00%	793	-	793
Colares V	8,00%	1.458	-	1.458
Colares II	8,00%	543	-	543
Rio do Fogo III	8,00%	220	-	220
Morro Branco VIII	8,00%	240	-	240
Ilha do Mel XVII	8,00%	1.068	-	1.068
Total		11.518	(13)	11.505

(i) O efeito líquido de saldo incorporado que não afetaram caixa em 2023 foram: Combinado de R\$ 11.518.

11.2. Composição e movimentação do passivo

	31/12/2023
Passivo de arrendamento curto prazo	141
Passivo de arrendamento longo prazo	11.837
Total	11.978

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato	Valor contratual	Data da adoção	Juros a.a.	Data final	Saldo em 31/12/2023
Ponta do Ceu I	576	jan/2022	8,00%	abr/2050	573
Praia Grande VIII	358	jan/2022	8,00%	abr/2050	1.819
Ilha das Palmas XX XXI	1.712	jan/2022	8,00%	abr/2050	1.744
Jaíba	446	jan/2022	8,00%	abr/2050	448
Janauba	591	jan/2022	8,00%	abr/2050	676
Rio do Fogo II	217	jan/2022	8,00%	nov/2049	230
Ponta da Pedra I	297	jan/2022	8,00%	jul/2049	292
Olinda I	494	set/2022	8,00%	abr/2050	517
Olinda I - Comp. Ambiental	345	set/2022	8,00%	abr/2050	301
Ponta do Mato IV	439	fev/2022	8,00%	nov/2050	928
Ponta do Mato II	390	jan/2022	8,00%	nov/2050	848
Colares V	1.475	jan/2022	8,00%	nov/2050	1.502
Colares II	550	jan/2022	8,00%	nov/2050	557
Rio do Fogo III	208	fev/2022	8,00%	nov/2049	232
Morro Branco VIII	243	fev/2022	8,00%	nov/2049	242
Ilha do Mel XVII	689	fev/2022	8,00%	nov/2049	1.069
Cabo Frio XVI, XIX	2.734	mai/2024	8,00%	out/2051	-
Ilha das Palmas XXXV	1.010	mai/2024	8,00%	set/2052	-
Colares VIII	896	mai/2024	8,00%	set/2052	-
Cabo Frio XIII	719	mai/2024	8,00%	jan/2050	-
Colares XIV	540	jun/2024	8,00%	jul/2052	-
Mangue Seco XII XIII	1.043	abr/2024	8,00%	jul/2045	-
Morro Branco IV	239	jun/2024	8,00%	ago/2049	-
Morro Branco VI	239	jun/2024	8,00%	ago/2049	-
Cabo Frio XIX	1.423	set/2024	8,00%	fev/2052	-
Ilha das Palmas III IV VII, V	3.218	jul/2024	8,00%	abr/2045	-
Total					11.978

A movimentação e cronograma de vencimento do passivo de arrendamento mercantil do Grupo no está detalhada a seguir:

Contrato	Adições (i) (não caixa)	Pagamentos	Juros	31/12/2023
Ponta do Ceu I	569	-	4	573
Praia Grande VIII	1.819	-	-	1.819
Ilha das Palmas XX XXI	1.784	(40)	-	1.744
Jaíba	449	(10)	9	448
Janauba	678	(15)	13	676
Rio do Fogo II	237	(7)	-	230
Ponta da Pedra I	301	(14)	5	292
Olinda I	522	(5)	-	517
Olinda I - Comp. Ambiental	325	(24)	-	301
Ponta do Mato IV	940	(12)	-	928
Ponta do Mato II	880	(32)	-	848
Colares V	1.508	(6)	-	1.502
Colares II	562	(5)	-	557
Rio do Fogo III	237	(5)	-	232
Morro Branco VIII	247	(5)	-	242
Ilha do Mel XVII	1.077	(8)	-	1.069
Total	12.135	(188)	31	11.978

(i) O efeito líquido de saldo incorporado que não afetaram caixa em 2023 foram: Combinado de R\$ 12.135.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vencimento	31/12/2023
Até 01 ano	141
Acima de 01 a 03 anos	377
Acima de 03 a 05 anos	437
Acima de 05 anos	11.023
Total	11.978

12. Imobilizado

Os valores de custo, depreciação acumulada e as taxas médias anuais de depreciação dos bens do imobilizado estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa	Custo	(-) Depreciação	Saldo líquido em
Imobilizado em uso (i)	10,00%	50.181	(16.326)	33.855
Imobilizado em implantação	-	67.192	-	67.192
Adiantamento a fornecedores	-	7.661	-	7.661
Total		125.034	(16.326)	108.708

(i) Usinas solares de geração de energia solar distribuída

As movimentações do ativo imobilizado do Grupo estão detalhadas a seguir:

Descrição	Adições (i)	Baixas (i)	(-) Depreciação	Incorporação de investimento (i)	31/12/2023
Imobilizado em uso	4.563	(141)	(1.290)	43.641	46.773
Imobilizado em implantação	14.630	(256)	-	39.900	54.274
Adiantamento a fornecedores	7.661	-	-	-	7.661
Total	26.854	(397)	(1.290)	83.541	108.708

(i) O efeito líquido de saldo incorporado que não afetaram caixa em 2023 foram: Combinado de R\$ 109.998.

13. Fornecedores

Saldo a pagar aos parceiros que fornecem bens e serviços necessários para a construção das unidades geradoras de energia solar.

	31/12/2023
Fornecedores nacionais	4.171
Total	4.171

14. Obrigações tributárias e trabalhistas

	31/12/2023
ISS retido a recolher	53
INSS retido a recolher	52
ISS diferido	1
PCC retido a recolher	30
IRRF retido a recolher	1
ISS a recolher	2
Total	139

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social da Holdco IV totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 1.000,00 (um mil), dividido em R\$ 1.000,00 (um mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios.

Em 15 de dezembro de 2022 foi constituído o capital social da empresa no valor de R\$ 1.000, totalizando 1.000 cotas.

	Nº de Quotas	Valor (R\$)
Faro Energy Desenvolvimento e Locação de Projetos Ltda.	1	1,00
Faro Energy Renováveis Participações S.A.	999	999,00
Total	1.000	1.000,00

O capital social da Holdco V totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 1.000,00 (um mil), dividido em R\$ 1.000,00 (um mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios.

Em 15 de dezembro de 2022 foi constituído o capital social da empresa no valor de R\$ 1.000, totalizando 1.000 cotas.

	Nº de Quotas	Valor (R\$)
Faro Energy Desenvolvimento e Locação de Projetos Ltda.	1	1,00
Faro Energy Renováveis Participações S.A.	999	999,00
Total	1.000	1.000,00

15.2. Reserva legal

Para as empresas regidas pelos termos das Lei das Sociedades por ações (Lei nº 6.404/76) é constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

O Grupo não apurou lucro nos exercícios findos em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, dessa forma, não há destinação de reservas a serem constituídos.

15.3. Política de dividendos

O Estatuto Social do Grupo prevê, após a destinação de 5% para a reserva legal, o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido do exercício, salvo deliberação em contrário pela Assembleia Geral, conforme dispõe o Art. 202, § 3º da Lei nº 6.404/76.

A Companhia não apurou lucro nos exercícios findos em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, dessa forma, não há dividendos mínimos a serem constituídos.

15.4. Transações de capital

São contabilizados nessa rubrica os valores oriundos das mudanças nas participações da controladora sobre uma controlada e que não resultem na perda de controle. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas participações relativas das partes na controlada, sendo que, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tiver sido ajustada e o valor contábil da variação da participação reconhecida, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita líquida

A principal fonte de receita do Grupo decorre da operação de locação de usina solar conforme a seguir:

31/12/2023	
Receita bruta	
Receita de locação de equipamentos	2.805
Receita de sublocação de equipamentos	31
Receitas de O&M	87
Total	2.923
Deduções à receita bruta:	
(-) PIS	(48)
(-) Cofins	(222)
(-) ISS	(5)
Total	(275)
Receita operacional líquida	2.648

17. Custos dos serviços e produtos vendidos

Os custos referentes à locação das usinas solares são assim demonstrados:

31/12/2023	
Depreciações	(1.290)
Serviços de O&M	(287)
Depreciação de arrendamento	(13)
Segurança e vigilância	(1)
Seguros gerais	(28)
Internet	(17)
Software	(15)
Arrendamento de terras	(4)
Outros	(2)
Total	(1.657)

18. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas alocadas são assim demonstradas:

31/12/2023	
Compartilhamento de despesas	(808)
Serviços tomados de terceiros	(270)
Societário	(27)
Software	(16)
Viagens e estadias	(13)
Outros	(8)
Total	(1.142)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro líquido

		31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira		20
(-) Cofins sobre receita financeira		(2)
Demais juros		49
Total		67
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo de arrendamento		(31)
Despesas bancárias		(21)
Juros passivos		(8)
Total		(60)
Resultado financeiro, líquido		7

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração. O Grupo não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A composição por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações contábeis, estão demonstrados a seguir:

	Classificação	31/12/2023
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.687
Despesas antecipadas	Custo amortizado	36
Partes relacionadas	Custo amortizado	4.197
Passivos financeiros:		
Fornecedores	Custo amortizado	4.171
Arrendamentos	Custo amortizado	11.978
Outras contas a pagar	Custo amortizado	36
Partes relacionadas	Custo amortizado	157.549

Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas acima.

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2023 para os instrumentos financeiros do Grupo de “Custo Amortizado”, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, e para o Grupo de “Custo Amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2. Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes as operações do Grupo e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

a) Risco de crédito: o Grupo restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo;

b) Riscos de liquidez: risco de o Grupo não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria; e

c) Risco de taxa de juros (risco de mercado): decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

		31/12/2023
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros:		
Aplicações financeiras		1.687
Total		1.687

20.3. Sensibilidade a taxas de juros

O Grupo realizou a análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis.

Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	Cenários				
			I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	1.687	Variação do CDI	13,65%	230	288	345	173	115

21. Informação por segmento

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração do Grupo avaliou os critérios do CPC 22 – Informações por segmento e concluiu que há apenas um segmento operacional.

O Grupo administra os seus principais negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades desenvolvimento, investimento e implantação de projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) 482/2012. O Grupo possui a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados que representam 100% da receita líquida da locação das usinas fotovoltaicas.

22. Cobertura de seguros

O Grupo mantém cobertura de seguros visando cobrir eventuais riscos operacionais, cujas coberturas são compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas junto a instituições seguradoras, por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores de seguros. Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros.

Seguradora	Cobertura	Importância segurada	Vigência
Sompo Seguros	Risco material	162.281	17/02/2024
Sompo Seguros	Lucros Cessantes	18.348	17/02/2024

23. Eventos subsequentes

23.1. Reorganização societária

Em 05 de abril de 2024 houve um aumento de capital de R\$ 56.000.000

Reorganização societária com a finalidade de estruturar operação de financiamento de longo prazo para determinados projetos.

Em outubro de 2024, a Holdco IV realizou a incorporação da Holdco V.

Como efeito da estruturação para futura operação de financiamento, foram transferidas as seguintes SPEs para a Holdco IV: Faro São Roque Locação e Soluções em Energia Ltda., Faro Marambaia Locação e Soluções em Energia Ltda., Faro Taipu Locação e Soluções em Energia Ltda., Faro Mangue Seco Locação e Soluções em Energia Ltda., Faro Ilha do Dragão Locação e Soluções em Energia Ltda.

Ainda no escopo da operação de financiamento de longo prazo, em outubro de 2024, os sócios da Holdco IV decidiram pela transformação do tipo societário da entidade, a qual passou a ser uma sociedade anônima.